

Tópicos de correção

1. Instrumentos financeiros iniciais das Comunidades Europeias, em especial os de âmbito com estrutural e de investimento (BEI, FEOGA - Orientação) e sua caracterização sumária. Instrumentos estruturais e de investimento e desenvolvimento posteriores (FEDER, Fundo de Coesão...), sua caracterização (sumária), incluindo financeira, e enquadramento na nova Política de Coesão Económica, Social e Territorial e, posteriormente, no objetivo geral de estabelecer uma União Económica e Monetária europeia, com as suas diversas implicações e desafios.
2. Diversidade dos sentidos de equilíbrio orçamental e fins principais a alcançar. O objetivo de boa gestão financeira e o problema da sustentabilidade financeira no médio e no longo prazo. Exigência de equilíbrio orçamental nas Comunidades e na União Europeia. Base legal. Introdução e fundamento do quadro financeiro plurianual. Limites do recurso ao crédito e exceções. Experiências recentes de recurso ao crédito e propostas de “eurobonds” para financiar especialmente novas (e muito onerosas) funções.
3. O processo de decisão orçamental na União Europeia é, presentemente, mais complexo do que o processo orçamental interno dos Estados membros (como Portugal). Explicação sumária desse processo, sua base jurídica e justificação por se tratar de uma união de Estados e não de um Estado soberano. Análise crítica sobre adequação do processo de decisão orçamental europeu em vigor em face dos presentes e novos desafios do processo de integração europeia.
4. O regime de supervisão europeia das finanças dos Estados membros no quadro da concretização e da consolidação da União Económica e Monetária, após o Tratado da União Europeia e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, com as suas sucessivas revisões. Menção dos aspetos essenciais dos mecanismos de supervisão criados, da sua modificação e evolução até ao presente e respetiva análise crítica, tendo em consideração as

dificuldades de aplicação e a prossecução dos objetivos fixados. Os novos Planos Orçamentais-Estruturais Nacionais de Médio Prazo em especial.

5. Enumeração sumária dos principais desafios atuais do projeto de integração europeia, que dificilmente poderão ser eficazmente enfrentados com os instrumentos financeiros existentes. Menção das diversas propostas de novas formas de financiamento da União Europeia, incluindo as do Plano de Recuperação e Resiliência. Análise da conformidade das várias formas de financiamento com o previsto nos tratados e com os poderes dos Estados membros na determinação dos recursos próprios da União.